

GESTÃO ESCOLAR, CIDADANIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: INTERFACES INTEGRADAS

Marcia Cristina Bastos Madruga¹

Noemi Boer²

Resumo: Neste estudo, tem-se por objetivo compreender as relações entre Educação Ambiental, cidadania ambiental e gestão escolar na construção do conhecimento do aluno, prioritariamente, em escola pública. O delineamento metodológico é bibliográfico e a pesquisa foi desenvolvida no contexto do Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens, da Universidade Franciscana (UFN). Constatou-se que o saber ambiental, inerente à Educação Ambiental e seus desdobramentos, pressupõe métodos de ensino interdisciplinares, que possibilitam a democratização do conhecimento.

Palavras-chave: Saber Ambiental; Meio Ambiente; Métodos Interdisciplinares; Questões Socioambientais; Agenda 2030.

Abstract: In this study, the objective is to understand the relationships between environmental education, environmental citizenship and school management in the construction of the student's knowledge, primarily in public schools. The methodological design is bibliographic and the research was developed in the context of the Graduate Program in Teaching Humanities and Languages, Franciscan University. It was found that environmental knowledge, inherent to environmental education and its developments, presupposes interdisciplinary teaching methods, which enable the democratization of knowledge.

Keywords: Environmental Knowledge; Environment; Interdisciplinary Methods; Socio-Environmental Issues; 2030 Agenda.

¹Universidade Franciscana (UFN). E-mail: marcia.madruga@ufn.edu.br.
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8414058868910745>

² Universidade Franciscana (UFN). E-mail: noemiboer@gmail.com
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/706795750721073>

Revbea, São Paulo, São Paulo, V. 20, Nº 2: 214-232, 2025.

Introdução

Neste estudo, aborda-se a educação e a cidadania ambiental com base na gestão escolar em escolas públicas. Nesse processo de compreensão, a Educação Ambiental (EA) requer o engajamento dos envolvidos em processos educativos, a começar pela gestão escolar, que viabiliza as condições de ensino e o funcionamento da escola. Para tanto, é necessário compreender o que é o meio ambiente e seus desdobramentos no contexto sociocultural. Nesse viés, insere-se também o que se convencionou chamar de cidadania ambiental.

Quando se aborda a EA, imediatamente os problemas ambientais tornam-se evidentes, como aquecimento global, derretimento das calotas polares, destruição da camada de ozônio, poluição atmosférica, dos mares e do solo, secas prolongadas e consequentes queimadas, excesso de chuva, o que causa deslizamento de encostas e enchentes. Em contraponto, emerge também a necessidade da conservação das florestas, a preservação das diferentes espécies animais, principalmente as ameaçadas de extinção, o cuidado com o uso racional da água e demais recursos naturais.

Nessa expectativa, observa-se que as práticas de EA estão relacionadas ao local onde se trabalha, onde se produz, ensina-se e se vive. Desse modo, não se pode ignorar a dimensão socioambiental que permeia a discussão neste campo do saber. Carvalho (2006, p. 36) reforça que “[...] a natureza e os humanos, bem como a sociedade e o ambiente, estabelecem uma relação de mútua interação e de copertença, formando um único mundo”. Esse assunto, portanto, é relevante e deve ser desenvolvido em sua total significância com crianças, adolescentes e jovens, em locais de ensino, como a sala de aula, a escola, a comunidade. Lima (2024, p. 388) sustenta que “[...] a Educação Ambiental desempenha um papel crucial ao informar as pessoas sobre questões ecológicas, fazendo com que os atuantes tenham uma participação ativa, estimulando a conscientização e capacitando-os a tomar ações positivas e protagonistas”. Isso é importante para que se possa desenvolver uma percepção de pertencimento das pessoas no meio em que vivem, bem como a sua responsabilidade com a preservação da natureza e do meio ambiente circundante.

Luzzi (2012) entende que a EA nasce da emergência ecológica planetária, ou seja, do contexto da educação, como uma demanda de seu ambiente, assim como tantas outras demandas e características culturais que permeiam a educação atual. Isso está de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de Educação Ambiental (Brasil, 2012), quanto à política nacional de EA, estabelecida pela Lei 9.795, de 1999 (Brasil, 1999), e com a legislação da área da educação, elaboradas a partir da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), conforme é exposto no decurso desta pesquisa.

Considera-se que é tarefa da educação cultivar a semente do cuidado consigo mesmo, com o outro e com as diferentes manifestações de vida. Levar os alunos à compreensão de seu *habitat* interior e exterior é de fundamental

importância, tendo em vista a necessidade de se formar cidadãos, ou seja, pessoas interessadas pelo bem-estar social da humanidade, o que passa pelo cuidado com o meio ambiente e com o respeito à natureza. A cidadania, com seus desdobramentos, inclui o respeito a si mesmo, ao outro, ao patrimônio natural e cultural, preceitos que se encontram na base das orientações para a educação brasileira, estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), com suas respectivas atualizações.

Na esfera mundial, o meio ambiente e as obrigações do ser humano com o planeta são discutidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelos principais chefes de Estado, principalmente, a partir das últimas décadas do século XX, quando os problemas ambientais se tornaram mais evidentes. Em 2015, a ONU estabeleceu um acordo entre os 193 Estados-membros, com o compromisso de seguir as medidas recomendadas no documento "Transformando o nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". Essa Agenda propõe, para um período de 15 anos (2016-2030), 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), como metas integradas, contemplando quatro dimensões: *social, ambiental, econômica e institucional*. Mas, para que a Agenda 2030 seja colocada em prática, é necessário o comprometimento de governos, sociedade civil, setor privado, instituições educacionais, como escolas e universidades, e de todo cidadão sensível à preservação dos biomas do planeta Terra (ONU, 2015).

A motivação para a realização do presente estudo diz respeito à emergência das questões socioambientais e à consciência de que se trata de questões planetárias cuja responsabilidade é não apenas coletiva, mas também individual. Por outro lado, a primeira autora deste estudo desempenha a função de supervisora (Coordenação Pedagógica), integrando a equipe diretiva de uma escola estadual de Ensino Fundamental e Médio de Santa Maria, RS. Portanto, parte-se de um contexto educativo em que o cenário requer atuação da gestão, junto a professores e alunos, para garantir que a educação e a cidadania ambiental sejam vivenciadas na escola. Entende-se que o real significado da temática ambiental é necessário à compreensão de que a dimensão da responsabilidade de cada pessoa está em seu local de moradia, trabalho e lazer.

Nesses termos, a educação e a cidadania ambiental sempre apresentam ideias interessantes, mas acabam perdidas em corredores escolares, porque falta aos professores tempo à organização de projetos e artigos para publicação em periódicos. Atualmente, a estrutura organizacional da escola e as demandas da docência, na educação básica, não favorecem ao professor a participação em cursos *stricto sensu*, devido ao horário de trabalho. Desse modo, o aperfeiçoamento profissional se restringe às formações ofertadas, pontualmente, pela Secretaria de Educação. Portanto, de acordo com essa contextualização inicial, o problema de pesquisa a que se busca responder, neste estudo, é o seguinte: *Como a gestão escolar promove a relação entre a Educação Ambiental e a cidadania ambiental na construção do conhecimento do educando?*

Tendo em vista os objetivos estabelecidos, optou-se por desenvolver uma pesquisa de abordagem qualitativa, caracterizada como pesquisa bibliográfica, que “usa o texto como material empírico (em vez de números), parte da noção da construção social das realidades em estudo [...] e que consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível” (Flick, 2009, p. 16). De acordo com Gil (2017), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em fontes secundárias, “publicadas em livros, revistas, jornais, dissertações, teses, anais de eventos científicos” (p.28), bem como em materiais disponibilizados na *internet*. O autor aponta, como principal vantagem da pesquisa bibliográfica, o fato de permitir ao pesquisador um número mais amplo de fenômenos do que em pesquisas realizadas diretamente.

A partir do exposto, neste estudo, tem-se por objetivo compreender as relações entre Educação Ambiental, cidadania ambiental e gestão escolar na construção do conhecimento do aluno em escola pública. O artigo encontra-se organizado em três seções centrais, seguidas da discussão do estudo e das considerações finais. Inicialmente, discorre-se a respeito do saber e da complexidade ambiental, como fundamento epistemológico do estudo e da Educação Ambiental. Na sequência, o foco é a cidadania ambiental e, na terceira seção, apresentam-se considerações a respeito da gestão escolar. Por último, na discussão do estudo, apresenta-se uma triangulação entre Educação Ambiental, cidadania ambiental e saber ambiental, em torno da gestão escolar.

Saber e complexidade ambiental

Com base nas dificuldades enfrentadas ao longo das décadas, destaca-se, especialmente, a complexa problemática ambiental. Para isso, é necessário aprofundar o conhecimento relativo ao desenvolvimento do saber humano, a fim de conciliá-lo às questões ambientais, que se tornaram complexas com o advento das tecnologias. Nesses termos, a problemática ambiental, mais que uma crise ecológica, “é um questionamento do pensamento e do entendimento, da ontologia e da epistemologia com as quais a civilização ocidental compreendeu o ser, os entes e as coisas; da ciência e da razão tecnológica” (Leff, 2003, p. 19).

A necessidade de estudo sobre o desenvolvimento humano e sobre a natureza atravessa fronteiras. A complexidade do tema emerge em meio a situações-problema e precisa de respostas para que tanto homem quanto natureza coabitem os espaços, de modo que ambos não se extermarem, mas também não se subjuguem. Para isso, “[...] aprender a aprender a complexidade ambiental implica uma revolução de pensamento [...]” (Leff, 2003, p. 22). Na escola, lugar onde as situações de curiosidade e de pesquisa surgem, é necessário descobrir meios para uma interação entre natureza e indivíduo para uma convivência sustentável a todos. A compreensão dessa

complexidade torna o ser humano convedor de seus limites e obrigações com o presente e com as futuras gerações, uma vez que é detentor de consciência e de racionalidade ambiental. De acordo com Leff (2001), para que seja concebível a criação de um saber ambiental, comprometido com a racionalidade complexa dos desafios ambientais, é necessária uma educação que une as diferentes ciências, constituídas ao longo dos séculos, em especial, a interdisciplinaridade, valorosa por demandar integração entre profissionais de educação cujo maior objetivo é o êxito escolar.

Para Leff (2001, p. 162), “[...] a ‘retotalização do saber’, exigido pela problemática ambiental, não é a soma nem a integração dos conhecimentos disciplinares disponíveis”, porém a necessidade de o ser humano compreender o seu saber ambiental na forma mais pura. Com isso, será possível resgatar um viver harmônico e coeso. Quando se evidencia que “o saber ambiental está num processo de construção”, como afirma o autor (p. 163), mais forte se torna a tendência de buscar melhorias para a educação e para a convivência humana. Isso implica uma reinvenção dos princípios humanos, já que este é o único ser dotado de razão no planeta. A compreensão do mundo, como “totalidade”, propõe o problema sobre a integração de “diferentes níveis de materialidade que constituem o ambiente como sistema complexo, e a articulação do conhecimento destas ordens diferenciadas do conhecimento da realidade, para dar conta destes processos” (Leff, 2003, p. 17).

Quanto à dificuldade educacional em que as escolas públicas se encontram, em sua maioria, há necessidade de uma mudança consciente, ou seja, é preciso mudar a forma como a teoria se conecta à realidade do aluno. É preciso unir o conhecimento de diferentes áreas da realidade para compreender os processos vivenciados em ambientes diversos, entender o mundo como um todo, integrando diferentes aspectos que formam o ambiente como sistema complexo e, assim, articular conhecimento e realidade na escola.

Entende-se que a formação do ser humano, responsável pelo desenvolvimento e preservação de seu *habitat*, perpassa a formação de um sujeito ecológico, disposto a compreender a ciência para seu aprimoramento moral e intelectual, conforme escreve Carvalho (2006). Essa dimensão envolve o trabalho interno dos sentimentos humanos em relação ao meio onde está inserido e não somente quanto à globalização de saberes, ações e pensamentos que desenvolvem o mundo moderno, de forma econômico-financeira. “O diálogo de saberes não é a historicidade da verdade em seu devir lógico-experimental, mas propõe a confrontação de verdades arraigadas em identidades e tradições” (Leff, 2001, p. 181). Assim, para o autor, o estudo do meio ambiente transcende as ciências ambientais tradicionais, traz a todos as competências e habilidades que tornam a vida, no mundo moderno, uma responsabilidade única para a sobrevivência na Terra. Esse entendimento endossa a necessidade de educação para uma vida melhor, com condições favoráveis ao desenvolvimento saudável e sustentável, o que faz da escola o fator principal para essa apropriação.

Segundo Carvalho (2006, p. 36), “pelo ângulo socioambiental [...], a natureza e os humanos, bem como a sociedade e o ambiente, estabelecem uma relação de mútua interação e copertença, formando um único mundo”. A natureza humana conduz não só ao convívio e ao auxílio mútuo, mas também à exploração, à pesquisa, à mudança, tornando o homem um ser que, ao mesmo tempo em que busca resolver situações-problema, provoca mudanças por onde passa, em especial, na natureza de certos locais.

Então, por meio de um (re)pensar coletivo, poderá ser possível o início da reversão de determinadas ações humanas ao redor do mundo que, em prol da evolução do homem, afetaram o desenvolvimento da vida de ecossistemas diversos. Desse modo, “no saber ambiental, flui a seiva epistêmica que reconstitui as formas do saber e do pensar para apreender a complexidade ambiental” (Leff, 2003, p. 17). O autor descreve a dificuldade humana com as questões ambientais como oriunda da racionalidade cotidiana cujo cerne da sobrevivência é equivocado diante da globalização dos saberes, das ações, tornando complexas as relações entre o ser humano e o meio ambiente. Por sua capacidade racional, o homem se preocupa com a sua sobrevivência no planeta, preservando-o para as gerações futuras.

As mais fortes correntes em favor da preservação do meio surgem sempre daqueles que vivem, dia após dia, atitudes equivocadas. Nesse momento, para Leff (2003, p. 17), “[...] a questão da complexidade não se reduz ao reflexo de uma realidade tumultuada, mas na complexidade das relações entre seres humanos, meio ambiente e pensamento no desenvolvimento da historicidade humana”. Preservar, conviver em harmonia, respeitar as complexidades de cada momento fazem parte do aprendizado humano, e isso torna o homem um ser mais sensível.

Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade procura desenvolver um saber ambiental por meio da educação. Para atingir o maior número de interessados possível, é necessário alcançar a melhoria das condições de vida na atualidade. Nas palavras de Leff (2001, p. 186), é necessário “gerar métodos interdisciplinares para analisar os sistemas socioambientais complexos, e a exigência por democratizar o conhecimento, como base de um processo autogestionário de desenvolvimento sustentável, impulsionou a emergência do saber ambiental”. Com essa defesa, o autor evidencia a preocupação em prol de esforços que unifiquem *métodos interdisciplinares*, *sistemas socioambientais* e a *democratização do conhecimento* para desenvolver o saber ambiental, reconhecendo, assim, uma forma mais segura para a compreensão da questão. De acordo com esse princípio, o saber ambiental se encontra no centro das relações do tripé, representado na Figura 1, a seguir.



Figura 1: Relações entre métodos interdisciplinares, sistemas socioambientais e a democratização do conhecimento.

Fonte: Madruga e Boer (2024).

Segundo a Figura 1, considera-se que, para analisar a complexidade dos sistemas socioambientais que envolvem as relações entre ser humano, sociedade e natureza, são necessários métodos interdisciplinares que emergem do aprofundamento do conhecimento disciplinar. Toma-se, como exemplo, a Educação Ambiental que, segundo Carvalho (2006), situa-se na intersecção entre as ciências ambientais e as ciências humanas. Desse modo, a interdisciplinaridade, proposta pelo saber ambiental, implica a integração dos processos naturais e sociais de diferentes ordens de materialidade e esferas de nacionalidade (Leff, 2001). Esse processo só atinge o sentido real se o conhecimento produzido for colocado ao alcance das pessoas e das instituições, isto é, a democratização do saber ambiental, pois a ciência só se justifica se for para o bem coletivo da humanidade.

Nessa linha de raciocínio, os locais adequados para o desenvolvimento do saber ambiental estão onde se encontram seres humanos em tenra idade, livres de conceitos pré-estabelecidos, com capacidade para compreender novas possibilidades de vida sustentável no ambiente onde se encontram. Leff (2001, p. 187) pontua que “o saber ambiental se forja na pulsão por conhecer, na falta do saber das ciências e no desejo de preencher essa falta impreenchível”. Nesse sentido, “a pedagogia ambiental emerge [...], tentando significar a relação pedagógica como mediadora da relação do homem com a natureza, consigo mesmo e com os outros homens” (Luzzi (2012, p. 115).

Observa-se que, em lugares onde as grandes carências são iminentes, indivíduos, para evitar as adversidades, buscam formas de sustento da vida e de proteção ao meio ambiente, como modo de sobrevivência. Muitas vezes, encontram, na escola, o apoio fundamental para continuar a batalha contra o desrespeito à vida, buscando, na educação escolar, um meio de preservar a vida e modificar o futuro que, por vezes, demonstra-se incerto. Com isso, uma

pedagogia que articule “a teoria crítica, o pensamento da complexidade e as teorias mediacionais (cognitivismo, construtivismo, sócio-históricas, cognição situada), como resposta às posturas positivistas em educação, centradas na racionalidade, na objetividade e na científicidade” (Luzzi, 2012, p. 115), é especialmente relevante e necessária.

Nesse ínterim, a Educação Ambiental se apresenta como suporte para muitas situações obscuras, e a escola é ponte para melhorar a vida das pessoas, trazendo à comunidade o auxílio e o esclarecimento necessários ao desenvolvimento de todos. Nesse caso, o saber ambiental entra como saber empírico, adquirido por meio de vivências e experiências de vida nem sempre agradáveis, que forjam, geralmente, um indivíduo forte para as mudanças na natureza e no meio em que vive, transformando-o num ser mais original e mais equilibrado diante das modificações humanas e tecnológicas da atualidade. Com base em uma pedagogia inovadora, poder-se-ão encontrar respostas de vida e, assim, resgatar o interesse para manter o aluno na escola. É necessário, portanto,

formar uma escola em tempo presente e não futuro, que não busque a preparação para o futuro exercício da cidadania; mas envolva-os em uma cultura democrática que os faça vivenciar a cidadania todos os dias; em que se aprenda a participar, a ter voz e a respeitar a voz dos outros; em que se aprenda a dialogar e argumentar, a escolher e a se responsabilizar, a dirimir conflitos por meio do diálogo e não da violência, [...]a trabalhar como grupo, e a se organizar para atingir objetivos consensuais (Luzzi, 2012, p.118).

Ainda, nas palavras do autor, percebe-se a importância da escola para a conquista do discernimento, em prol de boas escolhas para o futuro do aluno e do planeta. Tendo em vista esse conhecimento, é indispensável que a escola busque um novo modo de relacionar-se com os educandos, para que, na vontade de descobrir o mundo, o ensino escolar possa contribuir com argumentos relativos à preservação do meio ambiente, o respeito aos seres vivos e ao planeta como um todo. Esses aspectos dizem respeito ao desenvolvimento de uma cidadania ambiental, descrita na seção a seguir.

Cidadania ambiental

Inicialmente, cabe definir o que é *cidadania* para, na sequência, explicitar o que é *cidadania ambiental*. De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, cidadania refere-se “ao conjunto de direitos e deveres do indivíduo em um dado território” (Houaiss; Villar, 2003, p.111). No site do Brasil Escola (s/d), encontra-se uma explicação, não referendada, de que cidadania é uma “expressão que vem do latim, *civitas*, significando *cidade*”. Esse argumento fundamenta-se na ideia de que, antigamente, cidadão era aquele

que fazia parte da cidade, tendo direitos e deveres por nela habitar. No mesmo site, encontra-se a definição de *cidadania*, como um “conjunto de direitos e deveres exercidos por um indivíduo que vive em sociedade, no que se refere ao seu poder e grau de intervenção no usufruto de seus espaços e na sua posição em poder nele intervir e transformá-lo” (Brasil Escola, s/d).

Com isso, frequentemente, a palavra *cidadania* está associada ao campo do Direito, onde existe uma série de legislações voltadas aos direitos e deveres do cidadão. Entre os deveres, destaca-se o voto eleitoral (que também é um direito), o zelo pelo espaço e o cumprimento das leis. Entre os direitos, destaca-se o de ir e vir, bem como o de acesso à saúde, moradia, alimentação e educação. Santos (2005b, p. 143) coloca que “o conhecimento potenciado pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC) contribui, cada vez mais, para a inserção do conhecimento na cidadania e da cidadania no conhecimento”, trazendo para o centro das comunidades a oportunidade de todo e qualquer cidadão tomar ciência do que ocorre ao seu redor, ou seja, em seu país.

O conceito de cidadania também está relacionado à nacionalidade do indivíduo, isto é, à legalidade de sua permanência em um determinado território, administrado por um Estado Nacional, por exemplo, de cidadania brasileira cujas possibilidades auxiliem na tomada de decisões da população em geral, por se perceberem pertencentes ao todo, mesmo como pequenas partes. Na visão de Santos, (2005b, p.142), “a relação cidadania/conhecimento e a dimensão ambiental das relações sociais, a cidadania em perspectiva reclama ‘novos direitos’ mais morais do que formais, mais vagos do que os tradicionais e mais cognitivos e culturais do que sociopolíticos”.

Ainda, segundo a autora citada, no contexto ambiental, a cidadania foi ganhando novas formas por enfatizar a dimensão ambiental das relações sociais. Com isso, a cidadania ambiental conduz a uma nova visão de mundo por meio de uma nova cultura, que se vincula à complexa teia da vida. A autora explica que a cidadania passou a ter uma dimensão ambiental, quando os problemas socioambientais passaram a ter uma dimensão epistemológica, identificando-se a base de sua origem na ciência e na tecnologia. Na compreensão da autora, isso implica múltiplos paradoxos, particularmente, na relação produção-consumo, características da modernidade (Santos, 2005b).

Desse modo, a cidadania ambiental “requer conhecimento, maior prudência, responsabilidade, solidariedade e participação do cidadão em decisões socioambientais que nos afetam a todos” (Santos, 2005a, p.74). A autora enfatiza que a cidadania ambiental evidencia uma ligação indissociável entre as questões ambientais que assolam o planeta e o desenvolvimento da tecnociência. Esses aspectos corroboram os argumentos apresentados por Leff (2001) a respeito do saber ambiental, descrito na primeira seção do presente artigo. O autor aponta a necessidade de se refundar o saber, exigido pela problemática ambiental, em base a uma epistemologia interdisciplinar e não pela soma dos conhecimentos disciplinares disponíveis.

De acordo com Ribeiro, Coutinho e Boer (2021, p.285), a cidadania ambiental “implica direitos e deveres dos seres humanos em relação à natureza, o que requer de seus cidadãos saberes, mudança de hábitos, participação responsável em âmbito social e ambiental, com a intenção de minimizar problemas ambientais”. As autoras entendem que a escola tem a função social de promover a formação da cidadania ambiental dos estudantes, para que, no futuro, haja adultos comprometidos com as questões ambientais. O fortalecimento da cidadania, voltada à autodeterminação dos povos e à solidariedade, como fundamento para o futuro da humanidade, é um fio condutor da política nacional de Educação Ambiental. Em vista disso, a cidadania, com seus desdobramentos, incluindo o respeito a si mesmo, ao outro, ao patrimônio natural e cultural, está na base das orientações para a educação brasileira, estabelecida pela política educacional do país, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil,1996).

Nesse mesmo processo, coloca-se em evidência a formação do aluno crítico-participativo e ecológico. Busca-se um cidadão mais comprometido com o meio, com as questões ambientais que envolvem o desenvolvimento e a sustentação do planeta. Não há dúvida de que as questões ambientais afetam a todos e de modo generalizado, pois não é possível escapar das consequências do mau uso dos recursos naturais de que o planeta dispõe, de modo gratuito e ordenado. Considera-se, assim, que este é um tema que demanda organização e engajamento na mudança de paradigmas, de pensamento, de atitude para, então, prosperar na prática de cidadãos mais conscientes e, de fato, interessados na preservação dos ecossistemas. Esses aspectos são parte integrante do fazer pedagógico, dinamizados na/pela escola, cuja responsabilidade recai na gestão escolar, conforme pontuado na próxima seção.

Considerações sobre Gestão Escolar

Para o trabalho diário de uma sala de aula, é preciso, além do mobiliário, um professor qualificado, recursos didáticos, bons livros, merenda escolar de qualidade e alunos dispostos a aprender. Entretanto, uma escola organizada, com atrativos para fazer com que o educando se interesse pelo estudo, precisa de parcerias e de boas ideias. Surge, então, a comunidade escolar que, unida aos docentes, estabelece propostas de orientação de suas práticas educacionais, bem como de seu trabalho de gestão, em consonância com o Projeto Político-pedagógico (PPP). Este documento é o cerne que mantém a instituição em bom funcionamento e, quando não é seguido ou não é construído de forma comunitária, não atingirá seu objetivo, e a escola, consequentemente, falhará, conforme Sander (2007):

Se bem que a administração seja uma prática milenar de organização social, o seu estudo sistemático é um fenômeno recente, imposto pela explosão organizacional, resultante da

consolidação da Revolução Industrial da era moderna. A partir de então, a preocupação com a busca do conhecimento na administração pública e de negócios na gestão da educação vem sendo uma constante das instituições sociais e educacionais em todo mundo. O Brasil não é exceção à regra, como o demonstram as pesquisas sobre a história do conhecimento na administração do Estado e na gestão da educação brasileira (p. 70).

Com isso, observa-se a influência da globalização nos documentos de escolas do interior do Brasil, pois são relatórios estudados e apresentados em convenções mundiais, debatidos e implantados em países onde se tem baixo índice de frequência escolar, altas taxas de evasão e altas taxas de analfabetismo e ou alfabetismo funcional, entre outras dificuldades. Essas organizações, como são chamadas, entendem que a união de esforços pela melhoria da educação no mundo é primordial e, assim, cada uma delas procurará implementar seus sistemas educacionais, segundo a necessidade e disponibilidade do país que se dispõe a receber tal auxílio.

Infelizmente, por vezes, famílias têm a visão de que tudo o que é pago é melhor. Na escola pública, esse mesmo aluno poderá apresentar outro comportamento, negligenciando o estudo, o mobiliário, seu ambiente de estudo, ou seja, por não ter uma “mensalidade a quitar”, a escola pode ser menosprezada; na outra ponta dessa etapa, estão os professores que, por sua vez, não atingindo seus propósitos, sentem-se desvalorizados e impotentes, e muitos se desmotivam do seu saber-fazer.

[A escola] é uma síntese entre a cultura experienciada que acontece na cidade, na rua, nas praças, nos pontos de encontro, nos meios de comunicação, na família, no trabalho, etc., e a cultura formal, que é o domínio dos conhecimentos, das habilidades de pensamento. Nela, os alunos aprendem a atribuir significados às mensagens e informações recebidas de fora, dos meios de comunicação, da vida cotidiana, das formas de educação proporcionadas pela cidade, pela comunidade (Libânio, 2001, p.47).

Em outra passagem, o autor ressalta o lugar e o papel insubstituível do professor em prover as condições cognitivas e afetivas que ajudarão o aluno a atribuir significados às mensagens e informações recebidas das mídias e da intervenção educativa urbana. Argumenta que o “valor da aprendizagem escolar, com a ajuda pedagógica do professor, está justamente na sua capacidade de introduzir os alunos nos significados da cultura e da ciência por meio de mediações cognitivas e interacionais” (Libânio, 2001, p.47).

Assim, entende-se que, em todo processo de criação de políticas para desenvolvimento da educação, existem etapas e pessoas para implementá-

las. No caso da escola pública, sua mantenedora é o Estado e, como escola estadual, deve seguir as orientações da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-RS). Os professores que nela lecionam, algumas vezes, não conseguem expressar suas demandas reais de sala de aula, para que essas questões sejam incluídas nos planos educacionais durante o ano letivo. Sendo assim, muitas vezes, esses planos causam contradições por não permitirem que o professor verifique a real condição de aprendizado do aluno, seja por conta dos índices que devem ser atingidos a cada final de ano letivo seja pelas demandas locais que não foram devidamente sanadas.

Nesses termos, a legislação que regulamenta a educação pública no Rio Grande do Sul apresenta, entre as suas diretrizes, a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na eliminação de todas as formas de discriminação, a melhoria da qualidade da educação, a formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade, a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública, entre outros.

Essas diretrizes auxiliam a formulação de planos subsequentes para a melhoria da qualidade da educação. Dessa forma, busca-se expandir o leque de oportunidades aos alunos de todas as regiões do Estado, por meio de propostas comprometidas com o avanço educacional e tecnológico do educando, o que poderá melhorar os índices educacionais nacionais. Para que esse plano tenha êxito, são necessárias pessoas comprometidas com a educação, como os profissionais da área, visto que colocam em prática os projetos elaborados, muitas vezes, por técnicos e não por educadores.

Mesmo existindo pontos na consideração de EA, de modo a contribuir para o desenvolvimento educacional no papel das implicações sociais realizadas no meio ambiente, ainda é preciso destacar a necessidade da ocorrência de mais estudos que permitam as vinculações e outras proposições da temática dentro do campo educacional (Taverna; Pedroso, 2024, p. 380).

As autoras reforçam a importância de pesquisas que conduzem resultados mais assertivos no campo do trabalho da EA nas escolas, onde a interdisciplinaridade é fator primordial para o início do trabalho com o educando. No campo da Educação Ambiental, Luzzi (2012) reforça a necessidade de os professores superarem a visão ecológica e naturalista “para dar lugar a uma educação que não só considere a boa gestão do ambiente, mas também uma mudança que permita levar em conta os aspectos sociais, econômicos, políticos, éticos e culturais que envolvem o tema” (p.16).

Com isso, é relevante que os profissionais da educação deixem de

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 2: 214-232, 2025.

entender a Educação Ambiental apenas como algo relacionado à natureza e ao meio ambiente. Torna-se evidente que devem incluir questões ambientais do dia a dia dos alunos na comunidade onde a escola está situada. Dessa forma, a Educação Ambiental será mais completa e ajudará a fazer mudanças significativas, ofertando condições de maior interesse aos estudantes. Sendo assim, os profissionais da educação, gestores escolares e professores têm condição de promover alterações de textos políticos para, dessa forma, adequá-los à realidade da comunidade local, buscando atingir objetivos internacionais.

Mainardes (2006) esclarece que, após um texto ser publicado por um autor político, como, por exemplo, uma emenda constitucional ou uma lei, esse mesmo autor perde o controle sobre as possíveis interpretações que se seguirão ao ser estudado por outrem, podendo representar, por exemplo, a leitura de professores, transcrita nos documentos enviados a cada início de ano letivo, denominado plano de ação que, por vezes, é carregado de linguagem figurada, alegórica, às vezes, à margem da realidade e do potencial de cada instituição de ensino onde será implementada a nova lei ou o novo plano.

Por conta disso e com o intuito de recuperar o aluno, a mantenedora envia, muitas vezes, planos contraditórios com base em índices que devem ser atingidos a cada final de ano letivo, dando ênfase maior a resultados que, de certa maneira, não representam a realidade, mas que agradam a instituições financeiras que prezam por índices de aprovação, enaltecendo a erradicação de um analfabetismo não existente. Nesse contexto, encaixa-se a ação que a escola estadual reformula, a cada período, quando as adversidades se apresentam. Para isso, reorganiza seu PPP com a contribuição da comunidade escolar que, além de enxergar a escola como instituição de ensino, também a vê como patrimônio do bairro, lugar onde pessoas melhoraram suas vidas.

Para Mainardes (2006, p.52), “o contexto de influência tem uma relação simbiótica, porém não evidente ou simples [...]. Os textos políticos, portanto, representam a política”. A influência política na educação cresce a olhos vistos, forçando os profissionais da educação a trabalharem conforme regimentam as leis e não, necessariamente, conforme as necessidades da sua comunidade. Nesse meio, surgem os financiadores da educação, instituições interessadas em elevar os níveis de ensino em países emergentes, como o Brasil, conforme já foi mencionado. Entretanto, segundo Akkari (2011, p. 31), a partir da Conferência de *Jomtien*, em 1990, o Banco Mundial envolveu-se na promoção da alfabetização e no acesso à Educação Básica em países emergentes.

Segundo a Conferência de Dakar, em 2000, a Unesco, aos poucos, transferiu sua liderança nas tratativas de financiamentos educacionais ao Banco Mundial, causando estranheza, pois ambas as instituições têm métodos muito diferentes em relação às questões da educação: a Unesco

possui uma visão mais humanista, e o Banco Mundial, de visão instrumental, entende que o indivíduo deve ser inserido na economia de mercado.

Como fechamento desta seção, cabe ressaltar que a definição de política público-educacional pode variar conforme o contexto e os interesses políticos, referindo-se também a um conjunto de princípios, diretrizes e ações implementadas por governos e instituições, que podem ser internacionais, com o objetivo de ofertar o desenvolvimento educacional, bem como a melhoria desse sistema de ensino. As instituições financeiras que operam em vários países emergentes estão sempre em busca de melhoria quanto a índices que, na maioria das vezes, não representam a realidade local. Por isso, a educação precisa de atenção total e deve ser valorada, conforme índices alcançados em avaliações no país.

Na contemporaneidade, quando as políticas educacionais forem criadas e implementadas por pessoas diretamente ligadas à educação, quando professores e gestores forem convidados a participar da elaboração de projetos, leis e investigações sobre resultados, utilizando dados mais verídicos e regionalizados, talvez, então, seja possível atingir dados mais reais, com resultados mais fidedignos, cujos índices, mais fiéis à realidade de cada região, comprovem estatísticas mais verdadeiras nas diferentes regiões da Federação.

Discussão do estudo

Neste momento do estudo, apresenta-se a importância da observação e análise do ambiente escolar, para que se possa auxiliar na realização de um trabalho de desenvolvimento do educando, como ser integrante do todo. Saber ouvir e ser ouvido é importante para as gerações escolares em desenvolvimento, onde diferenças possam ser respeitadas e diferentes realidades conhecidas, a fim de que haja condições de minimização de problemas em escolas brasileiras.

Nesse aspecto, a gestão escolar ocupa um lugar central, porque pode viabilizar melhorias no funcionamento da escola, articulando equipe diretiva, professores e alunos, canalizando energias para um bem comum e para a construção do conhecimento pelo aluno. Busca-se também contribuir com a formação humana do aluno para capacitá-lo a viver bem em sociedade, com condições de prover suas necessidades básicas por meio de seus esforços laborais, respeitando e protegendo o meio ambiente no qual se encontra. Portanto, esse é o foco da escola, colaborar com a formação de pessoas, capacitando-as para melhorarem o ambiente onde se inserem.

Com a gestão escolar, organiza-se o espaço das instituições de ensino, enfatiza-se o aprender de cada aluno dentro de suas possibilidades, habilidades e competências, trabalha-se com o professor para que tenha condições de desempenhar suas tarefas diárias da melhor forma possível. A gestão escolar também organiza a documentação da escola, necessária ao

funcionamento legal, aliando o trabalho escolar à comunidade. Santos e Boer (2022, p. 25) ressaltam que, por meio da gestão escolar, “efetiva-se a qualidade de ensino da escola e, por isso mesmo, assegura-se que as escolas disponham de meios organizacionais e de estratégias para alcançar seus objetivos”. Com isso, reitera-se a necessidade de uma gestão escolar articulada e organizada dentro da escola, fator indispensável para o bom andamento das ações desenvolvidas, nos turnos escolares, em todos os níveis de aprendizado.

Em vista disso, a gestão escolar, que ocupa um lugar central na escola, pode ser estruturada em torno de três dimensões: *Educação Ambiental*, *cidadania ambiental* e *saber ambiental*, conforme Figura 2.

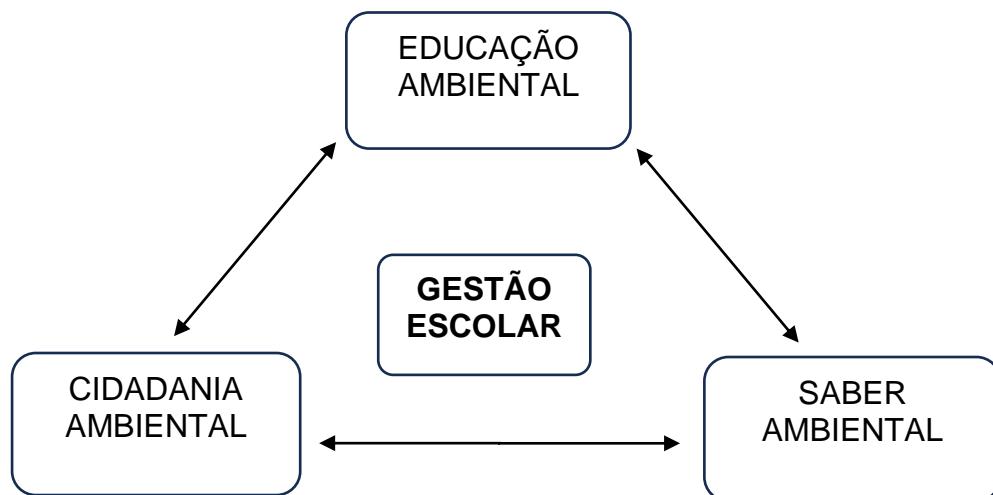


Figura 2: Relação entre Educação Ambiental, cidadania ambiental, saber ambiental e gestão escolar.

Fonte: Madruga e Boer, 2024.

A Educação Ambiental, como componente essencial e permanente à educação nacional, deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo e, conforme se aponta na Figura 2, está no ápice da triangulação. Voltada à formação da cidadania ambiental dos estudantes, interliga-se ao saber ambiental, proposto por Leff (2001) e Luzzi (2012), uma vez que a respectiva interpretação está assentada na ideia de que a Educação Ambiental é um campo de conhecimento transversal, interdisciplinar, contínuo e permanente acerca das questões ambientais, conforme explica Boer (2007). No contexto escolar, todos esses aspectos estão relacionados à gestão escolar, que viabiliza os processos de organização do ensino na escola.

A cidadania ambiental, pautada em Santos (2005a), recebeu essa denominação quando a repercussão do desenvolvimento técnico-científico

passou a ser identificado como origem de problemas socioambientais. A cidadania ambiental deve muito ao movimento ambientalista, em especial, pelo apoio à articulação dos direitos humanos, economia, ecologia e política, tendo em vista a visão integrada de homem (espécie), sociedade e natureza. Propõe, dessa forma, repensar o estilo de vida, especialmente, as questões de consumo inadequado dos recursos, apoiando-se no pensamento complexo e no saber ambiental.

Nesses termos, o saber ambiental parte do conhecimento interdisciplinar para estabelecer diálogos com diferentes saberes, visto que, no campo ambiental, orienta-se por uma visão holística e integradora do processo de desenvolvimento. Segundo explicação do saber ambiental (Leff, 2001), coligado ao pensamento complexo de Morin (2008) para o ambiente escolar, é clara a necessidade de maior observação quanto ao tema, tanto de professores quanto de profissionais da educação, para que os estudantes recebam não só atenção quanto à formação educacional, mas também quanto à formação ambiental, moral e ética.

A Educação Ambiental se interessa igualmente pela viabilidade do desenvolvimento sustentável que, de acordo com a Agenda 2030, inclina-se ao Objetivo nº 4: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidade de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2015). Esse item, por si só, traz, no momento atual brasileiro, uma questão de alta complexidade, porque, num país continental como o Brasil, onde grande parcela de sua população apresenta baixa escolaridade e condição socioeconômica desfavorável, há muito para se fazer. Entende-se que, para colocar esses estudantes num patamar de inclusão social e educacional, onde possam buscar, com igualdade, sua qualidade de vida, são necessárias inúmeras iniciativas que possibilitem atingir conhecimento e formação profissional.

Em síntese, defende-se que, nos cursos de formação de professores, a Educação Ambiental adquira importância maior, porque, se a formação inicial não contemplar a temática ambiental, quando em sala de aula, dificilmente o professor irá priorizar essa dimensão. Com esse argumento, parte-se da constatação de que há uma tendência natural de o professor ensinar aquilo que foi relevante na sua formação acadêmica, isto é, dará prioridade ao conhecimento e às experiências que o sensibilizaram, enquanto cidadão. Portanto, reafirma-se a necessidade de se inserir a Educação Ambiental no currículo dos cursos de graduação, com especial atenção às licenciaturas.

Considerações finais

Neste estudo, com base nos objetivos traçados, levantou-se o seguinte questionamento: Como a gestão escolar relaciona a Educação Ambiental e a cidadania ambiental à construção do conhecimento do educando? Para responder a essa investigação, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica,

buscando-se compreender essas relações e sua importância na construção do conhecimento do aluno em escola pública.

Para tanto, um aspecto importante que diz respeito a este estudo é a explicação relativa ao saber e à complexidade ambiental, que mostra a condição humana na Terra. Ressalta-se a importância do cuidado com a preservação do planeta, como garantia da continuidade da vida e da própria espécie humana, destacando-se a necessidade de estudos que apontem padrões de conexão com a natureza e que desenvolvam atitudes pró-ambientais. Com base na presente pesquisa, mostra-se que, ainda, há muito a ser feito, principalmente, na área da educação, para que o ser humano se torne mais comprometido consigo mesmo e com o planeta. Todavia, acredita-se que, quando o ser humano compreender que é parte integrante da natureza, irá, efetivamente, cuidá-la, preservá-la e coabitá-la no mesmo espaço com as demais espécies. Para isso, há necessidade de comprometimento pessoal, social e ambiental.

Portanto, é possível concluir que a gestão escolar, relacionada à Educação Ambiental e à cidadania ambiental, na construção do conhecimento do educando, desempenha um papel basilar. Entretanto, no contexto de atuação das autoras deste estudo, ainda é um trabalho lento, porque o saber ambiental, inerente às ações formativas, pressupõe métodos de ensino interdisciplinares que possibilitem a democratização do conhecimento. Isso requer - e com certa urgência - esforço pessoal de todos os envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem, ações compartilhadas, comprometimento e humildade para trabalhar em equipe, embora, nem sempre, seja uma realidade viável.

Referências

- AKKARI, A. **Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios.** Petrópolis: Vozes, 2011.
- BOER, Noemi. **Educação Ambiental e visões de mundo:** uma análise pedagógica e epistemológica. 2007, 214 f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica – Centro de Ciências Físicas e Matemática. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 fev. 2023.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 28 abr. 1999

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº2, 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília: MEC/SEF, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17810&Itemid=866. Acesso em: 20 nov. 2022.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental:** a formação do sujeito ecológico. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6.ed. São Paulo: atlas, 2017.

HOUAIS, Antônio; VILLAR, Mauro de S. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

LEFF, Enrique. Repensar a complexidade ambiental. In: LEFF, Enrique (coord). **A complexidade ambiental.** São Paulo: Cortez, 2003. p. 15 -64.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, José C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus Editora, 2018.

LIMA, Thiago José Bezerra de. Indícios para a Formação de Sujeito Ecológico nos Movimentos Preparatórios dos Seminários de Metodologia G5 Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 19 n. 3, p. 384 - 401, 2024.

LUZZI, Daniel. **Educação e meio ambiente:** uma relação intrínseca. Barueri, SP: Manole, 2012.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 27, p. 47-69, 2006.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo:** a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 27 set. 2023.

RIBEIRO, Carla da Silva; COUTINHO, Cadidja; BOER, Noemi. Letramento e cidadania ambiental no contexto escolar: relato de uma prática docente. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental- REMEA.** Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, FURG. v. 38, n. 2, p. 266-287, maio/ago. 2021.

SANDER, Benno. Gestão Educacional: concepções em disputa. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 69-80, jan./jun. 2009.

SANTOS, Eduarda Vaz Moniz dos. **O que é cidadania?** Tomo II. Lisboa: Santos-Edu, 2005a.

SANTOS, Eduarda Vaz Moniz dos. Cidadania, conhecimento, ciência e educação CTS. Rumo a “novas” dimensões epistemológicas. **Revista CTS**, n. 6, v. 2, n.6, p. 137 -157, Diciembre, 2005b.

SANTOS, Marta da Cunha; BOER, Noemi. **Gestão Escolar, formação de professores e metodologias ativas**: perspectivas educacionais para o ensino na contemporaneidade. Curitiba: Appris, 2022.

TAVERNA, Maira Rosenente; PEDROSO, Daniele Saheb. Educação Ambiental no desenvolvimento das mudanças climáticas: um estado da arte. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 369-383, 2024.